

DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: CARACTERÍSTICAS E ILUSÕES REGIONAIS

A produção industrial brasileira observou incremento de 1,8% em janeiro de 2026, em confronto com dezembro de 2025, o maior desde junho de 2024, quando ascendeu 4,4%, interrompendo uma trajetória de três meses seguidos de retração, conforme a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em marcha idêntica, os indicadores aferidos pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) expressaram aumento em janeiro de 2026, em comparação com dezembro de 2025, a exceção do salário médio real, que ficou estável (-0,1%), com destaque para a adição de 2,3%, no faturamento real, e de 1%, na massa de salários reais.

Em vez de precipitar posturas celebrativas, no sentido de que “o pior ficou para trás”, os dados e informações disponibilizadas merecem ser interpretados com redobrada cautela, especialmente quando examinadas em uma contextualização mais ampla.

Isso porque, a atividade industrial posiciona-se em patamar apenas 1,8% superior ao apurado antes do surto de Sars-Cov-2, escolhido como fevereiro de 2020, e 15,3% inferior ao recorde, de maio de 2011, sob os auspícios e proteção tributária e creditícia da Nova Matriz Econômica, aplicada no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

Ademais, de acordo com cálculos não definitivos elaborados pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT), também do IBGE, a super onda de desindustrialização que afoga a nação desde o começo do decênio de 1990 esboçou vontade de reocupação do papel de “protagonista malvado” a partir de 2024.

Mais precisamente, depois de experimentar intenso e contínuo decréscimo de participação no produto interno bruto (PIB) nacional, durante quase três décadas, chegando ao, até agora, piso de 12% do PIB, em 2019, a classe de transformação fabril

anotou um movimento ascendente, de 2021 em diante, chegando a 15,2% do PIB, em 2023.

No entanto, na sequência, o setor acusou descontinuidade no curso de recuperação e retomou o rumo ladeira abaixo, registrando contribuição de 14,1% e 13,7% do PIB, em 2024 e 2025, respectivamente, em consequência da interconexão de disfunções conjunturais e estruturais.

No terreno conjuntural, a despeito da interferência negativa das perturbações externas, em especial no front econômico e geopolítico, dominado pelas incursões imperialistas e absolutamente imprevisíveis do chefe de estado dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump – que abandonou de vez o figurino de negociador e promotor da paz, ao iniciar, coadjuvado por Israel, uma ofensiva militar contra o Irã -, até as paredes já perceberam que o enfraquecimento industrial possui raízes domésticas.

Trata-se da exorbitante escalada de juros, definidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), e utilizados como referência reforçada da estratégia macroeconômica de combate aos focos inflacionários de demanda do sistema de transações.

Mesmo se levando em conta os impactos da apreciável expansão fiscal, verificada desde o segundo semestre de 2022, no recrudescimento do ímpeto inflacionário, o BC encontra-se empenhado quase que exclusivamente no cumprimento de um regime de metas (IPCA central de 3% ao ano, com tolerância de um ponto e meio percentual para mais ou para menos) apertado quando considerada a experiência histórica, formada com o desencadeamento do Real, em julho de 1994, pouco superior a 7% a.a.

Há também o menosprezo da autoridade monetária com a dinâmica inflacionária determinada por choques de oferta, mais frequentes e profundos após o desarranjo das cadeias de suprimento durante a pandemia de Covid-19, que, aliás, expressos no enfraquecimento do dólar e na estabilização dos preços das commodities, explicam a reversão da marcha altista e a queda dos níveis de preços no Brasil, em 2025.

Apenas a título de ilustração da perversidade dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito contratadas pelas empresas produtivas, para alegria dos “lobos da Faria Lima”, em circunstâncias de reduzido grau de concorrência e de fiscalização da atuação bancária, levantamento do BC atesta ampliação dos juros médios cobrados em empréstimos para capital de giro com prazo de vencimento superior a um ano, de 24,3% a.a., para 25,6% a.a., entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026.

Em igual intervalo comparativo, as taxas médias incidentes nos negócios com desconto de duplicatas subiram de 18,8% a.a. para 19,3% a.a., e com cheque especial saltaram de 333,6% a.a. para 369,6% a.a., em uma demonstração inequívoca do sufoco financeiro vivido pela comunidade produtiva.

Se for considerada a cobertura financeira de terceiros ao consumo das famílias percebe-se a conformação de um quadro ainda mais dramático, marcado pelo pulo do preço do crédito pessoal consignado, o mais barato, de 25,1% a.a. para 27,4% a.a., e do não consignado de 99,9% a.a. para 118,1% a.a., no mesmo período.

Dentre as barreiras estruturais ao avanço industrial sobressai a ausência de um consistente e encorpado projeto de longa maturação, imprescindível à devolução da competitividade sistêmica setorial, fruto de exaustivos diálogos e entendimentos entre os agentes envolvidos na esfera pública e as lideranças corporativas.

O resgate duradouro da competitividade requer denodada perseguição do alcance do equilíbrio da estrutura de preços relativos, por meio da sintonia fina entre diminuição de custos de produção e distribuição, associada à juros, câmbio, tarifas públicas, tributos, burocracia e infraestrutura, e multiplicação da eficiência e rentabilidade decorrente de inversões em ciência e tecnologia atrelada a um ambiente de negócios favorável.

Porém, por um lado, na órbita governamental, fragilizada, e legislativa, hipertrofiada - dominada por agremiações partidárias organizadas em blocos, destituídas de programas e de olho gordo nas emendas -, predominam as negociações de prioridades de curto prazo, com o objetivo de renovação de mandatos das cúpulas e

apadrinhados, e a insuficiência de propostas capazes de promover a rápida superação do regime de funcionamento industrial em marcha lenta, completamente desvinculado da revolução tecnológica global.

Por outro ângulo, a atuação dos representantes da microeconomia vem recorrentemente acontecendo em um campo dominado por retórica voltada à conquista do liberalismo e a recolocação urgente da agenda da produtividade – única saída qualitativa para o crescimento e diversificação em condições de exaustão do bônus propiciado pela demografia -, com a retirada das amarras do intervencionismo estatal.

Só que, paradoxalmente, a banda do mundo empresarial também toca outra música, tendo como letra a escancarada e veemente defesa da otimização das reivindicações de proteção, viabilizada com o derrame de incentivos e subsídios governamentais de qualquer natureza, invariavelmente cobertos com recursos retirados compulsoriamente da sociedade, na forma de impostos, taxas e contribuições.

Esse emaranhado de complexos problemas assume conotações dramáticas por acertar, de maneira implacável, justamente o setor econômico portador dos maiores impactos multiplicadores dinâmicos em inúmeros encadeamentos da matriz produtiva nacional.

Simulações feitas pela CNI revelam que para cada real faturado pelos ramos de transformação são acrescentados R\$ 2,69 no restante do aparelho econômico (R\$ 2,44, ao se incorporar as classes de extração de minerais, construção civil e serviços industriais de utilidade pública, que englobam energia elétrica e saneamento, reconhecidamente de menor agregação de valor), contra R\$ 1,71 da agropecuária e R\$ 1,52 dos serviços.

Sem contar que essa qualificada fração econômica é responsável por quase a metade do valor das exportações, 2/3 dos investimentos empresariais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), mais de ¼ da arrecadação de tributos federais e 17,9% das receitas da previdência social. Ainda assim, a transformação responde por 0,92% das exportações e 1,17% do valor adicionado em escala planetária.

O pior é que o fenômeno da perda de força industrial é generalizado espacialmente no país se reproduzindo inclusive nas “ilhas de prosperidade”, estampadas em peças publicitárias das administrações estaduais, em especial aquelas cujos mandatários almejam voos de maior altitude na seara política.

Com o charme da verborragia da ferrenha perseguição e conquista da modernidade, em sintonia fina com o discurso de armação institucional dos sonhos, capitaneado pelo empresariado local, os governadores do Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), Goiás (GO) e Minas Gerais (MG) abusam da improvisação e negligenciam as atividades subjacentes ao planejamento, imprescindíveis à fixação de referências futuras às escolhas estratégicas presentes dos agentes públicos e privados.

Em paralelo ao esvaziamento das Secretarias de Planejamento e transformação em meras fábricas de propostas de apoio a candidaturas eleitorais de plantão, preferencialmente de amigos da corte, os chefes dos executivos subnacionais privilegiam as demandas do varejo político, em prejuízo do atacado, e deliberam por esconder, ou ao menos mascarar, qualquer evento potencialmente nocivo à imagem oficial.

Os institutos de pesquisa de amparo ao Planejamento, criados em sua maioria na década de 1970, quando conseguem escapar da extinção ou da pauperização causada pelos desmandos de caráter político-partidário, padecem do quase que inexorável enquadramento às vontades do “governo da vez” e deixam de cumprir as atribuições primordiais de organismos de estado.

O mais grave é que as instâncias de investigação e análise retrospectiva, prospectiva e propositiva da dinâmica econômica, social e ambiental regionais perderam a flexibilidade gerencial e operacional, essencial à elaboração de estudos, diagnósticos, recomendações, avaliações e acompanhamentos de ações governamentais, livres das injunções de ordem política, e sucumbiram aos ditames de funcionamento engessado e burocratizado, semelhantes ao padrão vagaroso prevalecente em qualquer repartição pública convencional.

Como exceção à regra de rendição ao modelo dominado pela lentidão e superficialidade da “tecnocracia dos carimbos” emerge a experiência recente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no PR, que, em sendo objeto de uma gestão firme, técnica e talentosa, vem superando a restrição imposta pela realidade de um quadro funcional enxuto, por múltiplas razões, porém de excelência e refino acadêmico.

O staff e o corpo de pesquisadores da entidade, com feições contemporâneas, têm se dedicado a descoberta e abertura de inúmeras saídas, voltadas à produção de soluções inovadoras, na direção da preparação de respostas rápidas e consistentes, interpretativas e preditivas, às intrincadas questões relativas ao desenvolvimento estadual.

Retornando a publicidade omissa dos comandantes dos entes federados, uma das mais importantes negações repousa na indiscutível estagnação ou até declínio da contribuição local ao esforço produtivo da indústria nacional, sintetizado nas estatísticas de valor da transformação industrial (VTI), uma espécie de proxy do produto, levantadas pelo IBGE.

Um mergulho retrospectivo na tendência dessa variável permite verificar que a participação do PR - quarta maior indústria do país, atrás de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e MG, assentada em alimentos, refino de petróleo e fabricação de veículos – no VTI brasileiro passou de 6,9%, em 2010, para 7,3%, em 2013, e caiu para 6,8%, em 2023.

O RS, baseado em alimentos, metalmeccânica e produtos químicos - que perdeu o quarto lugar para o PR em meados dos anos 2000, devido à maturação do ciclo das montadoras e respectivos fornecedores mundiais e do aprofundamento da verticalização do agronegócio -, conseguiu galgar subida de peso relativo de 6,8% para 7,2%, entre 2010 e 2013, e sofreu uma verdadeira despencada subsequente até chegar a 6,1%, em 2023.

O enfraquecimento do RS foi motivado por vários problemas, capitaneados pela deterioração das finanças públicas e o descumprimento de acordos e contratos de

incentivos, celebrados com algumas empresas atraídas para o território gaúcho, principalmente as multinacionais GM, que aceitou a contragosto repactuações, e Ford, que escolheu a migração para a Bahia.

Por sinal, a Ford anunciou o encerramento das atividades de fabricação de veículos no Brasil, em janeiro de 2021, e o fechamento das plantas de Taubaté (SP) e Camaçari (BA), o que explica, em grande medida, a diminuição da participação da manufatura baiana no agregado industrial nacional de 3,9%, em 2013, para 2,8%, em 2023.

A indústria de SC – concentrada em alimentos, eletroeletrônicos e artigos de vestuário - exibiu elevação de 4,7% para 5,5%, entre 2010 e 2013, e decréscimo para 5%, em 2023, dado o escasso empenho local na garimpagem de novos investimentos, enquanto que GO mostrou discreto crescimento de 2,2%, em 2010, para 2,5%, em 2013, e 2,7%, em 2023, favorecido pelo amadurecimento da fronteira de expansão dos complexos integrados de produtos alimentares e insumos.

A única indústria subnacional que ganhou espaço expressivo na geração de renda nacional, no lapso temporal acompanhado, foi aquela sediada no Rio de Janeiro que saltou de 10,4%, em 2010, para 13,5%, em 2023, em razão primordialmente do adensamento da atividade petrolífera, que, diga-se de passagem, integra o seletor clube da 2ª revolução industrial e deveria ter sido riscada da pauta de sustentabilidade ambiental.

Ressalte-se que o RJ desbancou, na segunda metade da década de 2010, o parque mineiro do segundo posto no ranking brasileiro, que caiu de 11,8%, em 2010, para 11,4%, em 2023, apesar do encaixe no boom da mineração, alimentos e metalurgia, determinado pela solidez da demanda chinesa, e da importância das benesses obtidas pela indústria automobilística.

Para finalizar, cumpre sublinhar a frequência, no time de estados mais industrializados, das unidades do Amazonas e Pará que praticamente mantiveram a contribuição relativa no complexo nacional, em dez anos, de 3,2% e 2,7%, respectivamente.

No caso do Amazonas, a estabilidade advém da eternização dos vultosos incentivos acoplados à Zona Franca de Manaus, com garantia de vigência até 2073, enquanto que o desempenho paraense é resultado da inserção externa da extração de minerais, normalmente predadora de recursos naturais.

Decerto que as identificações de forças e fraquezas regionais aqui efetuadas expõem limitações por configurarem aparições vistas pelo espelho retrovisor, pois a atualização da série histórica da grandeza industrial pelo IBGE cobre até o exercício de 2023.

Esse reparo oportuniza o enquadramento de estados e correspondentes governantes, pelas peças de marketing locais, na vanguarda do desenvolvimento, mesmo que a tese não resista a um exame atento do curso da conjuntura ou a uma simples abertura de janela e espiada no comportamento do tecido produtivo e social.